



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 13ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.3 - Reunião de Comissão

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 28/8/2014

Presidência do Deputado João Leite

Sumário: Comparecimento - Falta de Quórum.

Comparecimento

- Comparecem os deputados:

Agostinho Patrus Filho - Almir Paraca - André Quintão - Fábio Cherem - Fred Costa - João Leite - João Vítor Xavier - Mário Henrique Caixa.

Falta de Quórum

O presidente (deputado João Leite) - Às 14h12min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 29, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/8/2014

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro e Adelmo Carneiro Leão

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 142; encerramento da discussão; inexistência de quórum especial para votação de veto - Registro de Presença - Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 143; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; discurso do deputado Rogério Correia; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Dinis Pinheiro - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Neider Moreira - Alencar da Silveira Jr. - Agostinho Patrus Filho - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Dalmo Ribeiro Silva - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Gustavo Corrêa - Hélio Gomes - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Às 9h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**Ata**

- O deputado João Leite, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)**2ª Fase**

O presidente - Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente - Proseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 142, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001, que trata da organização e da divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Rômulo Viegas opinou pela manutenção do veto. Continua em discussão, o veto. Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência verifica, de plano, que não há quórum especial para votação de veto, mas que o há para a continuação dos trabalhos.

Registro de Presença

O presidente - Gostaria de registrar a presença dos alunos do curso de direito da Faculdade Newton Paiva e da ONG Juventude Viração, de Barão de Cocais. Eu estive em Barão de Cocais anteontem. Um abraço afetuoso a todos. Também estão aqui os adolescentes do Núcleo Vida, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Obrigado pela presença. Sejam muito bem-vindos à Casa do povo, à Casa de vocês!

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 143, que altera a Lei Complementar nº 34, de 12/9/1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado, e dá outras providências. Esgotado o prazo constitucional, sem emissão de parecer, a presidência, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, designa relator da matéria ao deputado Zé Maia. Com a palavra, o deputado Zé Maia, para emitir seu parecer.

O deputado Zé Maia - Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 143/2014**Relatório**

O governador do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VIII do art. 90, combinado com o inciso II do art. 70 da Constituição do Estado, opôs veto parcial à Proposição de Lei Complementar nº 143/2014, que altera a Lei Complementar nº 34, de 1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado.

As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 711/2014, publicada no *Diário do Legislativo* de 2/7/2014.

Considerando que o veto, após sua publicação, não foi distribuído à Comissão Especial para, no prazo de 20 dias, receber parecer, nos termos do disposto no art. 222 do Regimento Interno, o presidente da Assembleia avocou a proposição para inclusão em ordem do dia, em Plenário, consoante dispõe o art. 141 do Regimento Interno.

Fundamentação

Por meio da Mensagem nº 711/2014, o governador do Estado encaminhou as razões do veto parcial oposto à Proposição de Lei Complementar nº 143, de 2014, que altera a Lei Complementar nº 34, de 1994. A lei complementar que a proposição parcialmente vetada altera dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado.

Depreende-se da referida mensagem encaminhada ao presidente desta Casa que o governador do Estado, nos termos do inciso II do art. 70 da Constituição Estadual, opôs veto parcial à proposição por julgar que o seu art. 15 contraria o interesse público.

O dispositivo vetado tem a seguinte redação:

“Art. 15 - O *caput* do art. 127 da Lei Complementar nº 34, de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 127 - Ao membro do Ministério Público, após cada período de cinco anos de efetivo exercício de serviço público, será concedido o direito a férias-prêmio de três meses, admitida a conversão em espécie, paga a título de indenização, quando da aposentadoria ou quando requerida para gozo e indeferida por necessidade do serviço, limitada, neste caso, a um período de trinta dias por ano.'”

O governador fundamenta-se em dois argumentos para o veto parcial oposto. O primeiro é o fato de que o Supremo Tribunal Federal – STF – vem, seguidamente, negando provimento a ações que visam ao pagamento de férias-prêmio. Em relação a esse primeiro argumento, o governador acrescentou que o STF estuda a eventual edição de uma súmula vinculante com a finalidade de coibir tal pagamento. O segundo fundamento do veto foi a violação da norma contida no inciso II do art. 68 da Constituição Mineira em virtude da inclusão da matéria por emenda desacompanhada do estudo de impacto orçamentário.

Diante de tais argumentos, deve ser considerado que a fonte normativa do regime de subsídios aplicável aos membros do Ministério Público é a própria Constituição da República. Cabendo ao STF a última palavra sobre a interpretação da Constituição, deve ser observada a orientação definida pelo órgão.

Ademais, também em consonância com o Supremo Tribunal Federal, cumpre recordar que o poder de emenda parlamentar encontra limites não apenas na pertinência temática, observada nesse caso, mas também na vedação constitucional de aumento de despesa (inciso II do art. 63 da Constituição da República e inciso II do art. 68 da Constituição do Estado). Tais fundamentos, portanto, recomendam a manutenção do veto, por suas próprias razões.

Dessa forma, manifesto-me pela manutenção do veto oposto ao art. 15 da proposição.

Conclusão

Em face do exposto, opino pela manutenção do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 143/2014.

O presidente - Em discussão, o veto. Com a palavra, para discuti-lo, o deputado Rogério Correia.



O deputado Rogério Correia - Sejam bem-vindos, estudantes da Faculdade Newton Paiva, da ONG Juventude Viração, de Barão de Cocais, e adolescentes do Núcleo Vida desta Casa. Sr. Presidente, deputado Dinis Pinheiro, colegas deputados e deputadas.

Há três vetos na pauta que estão sobrestando os nossos trabalhos. Não havendo quórum para a votação desses vetos, não há como progredir na votação de outros projetos. Assim aproveito para fazer a discussão desse projeto, para saber se haverá ou não quórum para a votação dos vetos e posteriormente dos demais projetos importantes que ainda se encontram na ordem do dia. Como não há quórum no momento, gostaria de debater esse veto.

Trata-se do Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 143, que altera a Lei Complementar nº 34, que dispõe sobre a organização do Ministério Público e dá outras providências. A mensagem do governador Alberto Pinto Coelho explicita as razões do veto, ao dizer que o dispositivo em exame prevê o pagamento em espécie, a título de indenização, das férias-prêmio não gozadas.

Quanto ao tema, observa-se que o STF tem seguidamente negado provimento às ações que visam ao pagamento de férias-prêmio, e tal fato tem motivado realização de estudo para eventual edição de súmula vinculante, com a finalidade de coibir tal pagamento.

Ressalta, ainda, o governador, que o dispositivo foi acrescentado durante a tramitação do projeto, sem o necessário estudo do impacto orçamentário. Nesses termos, o governador veta o procedimento. Isso significa que esse dispositivo aprovado pela Assembleia prevê que, após cada período de cinco anos de efetivo exercício público, serão concedidos ao servidor três meses de férias-prêmio, podendo se dar a conversão em espécie a título de indenização quando da aposentadoria ou quando as férias forem requeridas para gozo e indeferidas por necessidade do serviço, limitadas a um período de 30 dias por ano. Essa é a proposição que foi sugerida em favor dos servidores do Ministério Público.

O governador alega ausência de recursos para conceder o direito a férias-prêmio ou, não podendo o servidor gozá-las, o direito a recebê-las em espécie. Esse é um assunto controverso, sobre o qual vou me debruçar.

Deputado Dinis Pinheiro, aproveito para comemorar a retirada de tramitação de outra emenda constitucional, a PEC nº 68. Falo em meu nome e em nome do deputado Adelmo Carneiro Leão, que também agiu com um leão para impedir que essa PEC fosse aprovada. A PEC nº 68 previa a possibilidade de privatização da Cemig, da Gasmig e da Copasa e foi veementemente repudiada no meio sindical e entre os movimentos sociais. Obtivemos uma conquista e inserimos na Constituição do Estado uma emenda que prevê que, para qualquer privatização de empresa ou venda de ações majoritárias de empresas mineiras, em especial da Cemig, da Gasmig e da Copasa, deveria haver um referendo popular mesmo que a Assembleia aprovasse a operação. Felizmente conseguimos fazer com que essa PEC não tramitasse. Seus autores retiraram a PEC de tramitação.

Retirar uma prerrogativa popular como essa, em que chamamos a população para participar de um debate importante, seria um retrocesso na vida democrática e na democracia direta. Sei que há partidos que não gostam da democracia direta. Existem movimentos contrários a tudo que diz respeito ao fortalecimento de conselhos populares, sejam eles da saúde ou da educação.

Vimos agora, deputados e deputadas, um movimento no Congresso Nacional contrário a uma regulamentação de conselhos feita pela presidente Dilma, enquanto decreto que regulamenta a Constituição Federal. A presidenta fez um decreto que prevê: “Terão mais poderes e estarão regulamentados os direitos dos conselhos que existem no Brasil”. A Constituição de 1988 pedia que isso fosse regulamentado, e ela o fez, por meio de um mecanismo da Constituição, o decreto. Por meio do decreto, como prevê a Constituição, serão empoderadas as entidades, os conselhos e os conselhos populares que fiscalizam o Poder Executivo, seja municipal, estadual ou nacional. Não há nada mais democrático que isso. Ficariam fortalecidos os conselhos e a visão da democracia direta, da fiscalização direta do povo.

Eu me lembro de uma época, deputado Adelmo Carneiro Leão, que o prefeito Patrus Ananias - nosso prefeito em Belo Horizonte, e eu era vereador na ocasião - sugeriu o orçamento participativo, que, aliás, comemorou mais de mil obras em Belo Horizonte. Depois houve a continuidade do orçamento participativo com o prefeito Célio de Castro e com o prefeito Fernando Pimentel. Na época, o orçamento participativo, deputados e deputadas, foi muito criticado por vereadores, que diziam: “Vamos perder poder. A Câmara Municipal vai perder poder para o povo porque teremos o orçamento participativo”. Na época eu era vereador e dizia: “Não, vereadores. Ninguém perderá poder. Pelo contrário, o próprio vereador poderá engajar-se junto à população, aos trabalhadores e ao povo de Belo Horizonte e também ser determinante na escolha das obras que serão as mais importantes em cada bairro”. Na ocasião muitos vereadores relutaram, não queriam o orçamento participativo. Hoje vejo todos, deputado Adelmo Carneiro Leão, disputarem o posto de pai da criança. O orçamento participativo se tornou uma coisa tão boa implementada pelo PT na prefeitura que hoje todos querem ser pais da criança, do orçamento participativo.

Sabemos que, na época, tanto o prefeito Patrus Ananias quanto, posteriormente, o prefeito Célio de Castro e, em seguida, o prefeito Fernando Pimentel fizeram belíssimos programas do orçamento participativo.

O prefeito Fernando Pimentel incluiu o orçamento participativo na era da informática, o que possibilitou, por um mecanismo moderno, a participação popular por via da internet. Isso significou um avanço incontestável. Todos querem tirar uma casquinha e falar do orçamento participativo. Aquilo era participação popular na veia, a população podia escolher as principais obras em Belo Horizonte.

Deputadas e deputados, posteriormente a isso, vimos uma discussão semelhante no Congresso Nacional, onde os partidos mais à direita do espectro ideológico, mais conservadores, não querem os conselhos que a presidenta Dilma quer fortalecer. Ela está certa em fortalecer os conselhos. Foi uma deliberação da Constituinte de 1988, que foi muito avançada. A Constituinte dizia: haverá conselhos populares que fiscalizarão os Poderes Executivos e neles haverá participação direta da população. Regulamenta-se em lei. Ninguém regulamentou isso por lei ou por decreto. A presidenta teve coragem de regulamentar. Agora, os partidos conservadores estão dizendo que isso não pode acontecer, que isso é *soviet*, chavismo, isso ou aquilo. Eles têm medo da democracia, têm medo de que o povo participe e fiscalize.

Então, trago à memória esse exemplo para justificar que aqui, na Assembleia Legislativa, também não se pode tirar o direito de o povo decidir se uma empresa será ou não privatizada. Se a Cemig poderá passar para a mão de uma empresa espanhola como queriam - desculpem-me, a Gasmig -, ou se a Cemig pode ser entregue a uma multinacional como já o foi na época do ex-governador Eduardo



Azeredo, ou se a Copasa será simplesmente entregue a uma multinacional... Não. Essa participação, deputada Liza Prado, tem de ser da população. Ela é que vai dizer se quer ou não privatizar uma empresa.

Vimos também que o caso da Petrobras é polêmico. Já quiseram transformá-la em Petrobrax para soar mais leve aos ouvidos da língua inglesa, como disse outro dia a presidenta Dilma. Querem, portanto, privatizar a Petrobras, chamá-la de Petrobrax, e precisamos ter um mecanismo na Constituição Federal igual ao que temos aqui para sabermos se o povo quer ou não privatizar a Petrobras. Duvido que a Petrobras seja privatizada se houver um referendo popular. O povo ama a Petrobras. Há os que atacam a Petrobras, que dizem que ela está falida e querem vendê-la para transformá-la em Petrobrax. Duvido que 5% do eleitorado brasileiro seja favorável à venda e à privatização da Petrobras. Duvido que a Cemig, a Gasmig ou a Copasa sejam privatizadas pelo mecanismo que temos hoje na Constituição Estadual, do qual tive a honra de ser relator à época.

Adelmo, vou passar-lhe a palavra, e quero parabenizá-lo pela dobradinha que fizemos - eu e você - em defesa das estatais mineiras e contra a PEC nº 68, que foi para o bebeléu. Vamos anunciar isso em alto e bom som. Os autores retiraram as assinaturas e desistiram da maldita PEC nº 68. Dessa estamos livres, e a Copasa, a Gasmig e a Cemig permanecem nas mãos do povo mineiro. Tomara que depois do resultado eleitoral não me venham com esse termo “privatização”, porque estaremos aqui iguais a leões, defendendo a participação popular e as empresas mineiras do achaque das multinacionais e do capitalismo internacional, que só querem o lucro. A privatização dessas empresas significaria o aumento da luz, da água e do gás, assim como a privatização da Petrobras significaria o aumento da gasolina ano a ano, como era na época do governo Fernando Henrique Cardoso.

Então, Adelmo, concedo-lhe um aparte, comemorando por termos ficado livres da PEC nº 68, que foi para o bebeléu.

O deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte)* - Obrigado, deputado Rogério Correia. Quero pontuar algumas questões relativas a esse processo de privatização absolutamente inaceitável. Que bom que os deputados que subscreveram a PEC nº 68 acordaram e tiveram a humildade de rever suas posições ou a posição de propor uma PEC danosa aos interesses de Minas Gerais e do Brasil. Isso é positivo. A PEC é contra o nosso patrimônio, o patrimônio do povo mineiro.

Deputado Rogério Correia, é preciso lembrar que essa questão existe há muito tempo. É importante lembrar e trazer à memória o governador Itamar Franco, que foi um baluarte, em sua época, na defesa da Cemig. Temos de nos lembrar que a Cemig estava praticamente entregue aos interesses multinacionais. Apesar de vendidas 33% das suas ações para essas empresas, o controle acionário já estava entregue à Cemig pela determinação tucana anterior. O governador Itamar Franco teve a coragem e a determinação de, realizada uma CPI e comprovadas as distorções totais de venda e entrega da Cemig, retomar essa empresa para o povo mineiro. Todos os avanços, incluindo-se os relativos às subsidiárias, se deram no governo Itamar Franco, que garantiu que o patrimônio dos mineiros, submetido a um processo de privatização eventual, estaria sob consulta popular. Essa é uma conquista da democracia e do povo mineiro.

É lamentável que, depois, venha uma proposta de emenda constitucional para tirar isso da Assembleia Legislativa. Eu tinha a grande expectativa de que essa emenda não seria aprovada, pois isso significaria que os próprios deputados estaduais, a própria Assembleia Legislativa estaria renunciando ao seu papel de fazer o controle e fiscalizar o Estado e defender o patrimônio público. Mais ainda: isso significa retirar da nossa Constituição a consulta popular.

Felizmente esse processo está vencido nessa etapa. Espero que não avancemos mais e que essa questão não volte à Assembleia Legislativa, mas é importante nos lembrarmos que, se conquistamos isso, se houve sensibilização da parte dos parlamentares que subscreveram a PEC nº 68, a participação da sociedade civil, dos sindicatos e do povo mineiro foi decisiva. Alertamos e, ao chegarmos aqui, contestamos a aprovação, a aplicação e a apresentação da PEC nº 68, mas foi o movimento dos trabalhadores, da CUT e do Sindieleto que fez reverter essa questão. Gostaria de parabenizar os trabalhadores e trabalhadoras de Minas Gerais, organizados em seus sindicatos, expressos de modo muito intenso pela nossa CUT, que conseguiram, através da pressão, fazer reverter esse processo.

Não podemos admitir isso. Queremos e podemos discutir sempre; não há nenhum problema quanto a isso. Não tenho constrangimento nem preconceito em discutir a participação da iniciativa privada nas ações de interesse público, mas ela tem de estar inserida nessas ações e no controle público. Isso é fundamental. Não podemos deixar isso ser estabelecido, como estamos vendo agora; é preciso auditarmos este estado o mais urgente possível, pois o que ouvimos de comentários e análises é que a participação da iniciativa privada em muitas questões do Estado em Minas Gerais é aquele tipo de participação em que o osso, o que é mais duro, o que é mais oneroso e o que é mais sofrido fica para o Estado, como obrigação, e o que é o filé, o que é melhor e o que gera ganho fica para a iniciativa privada. Não é essa a participação que queremos. Queremos a participação em uma estrutura de corpo, de substância, em que haja igualdade de oportunidade para todos e que haja a efetiva contribuição da iniciativa privada.

Deputado Rogério Correia, quando se propôs a participação da iniciativa privada, como se viesse uma contribuição substancial para implicar novos investimentos para Minas Gerais, o que ouvimos de comentários? “Não, vamos fazer a parceria com a iniciativa privada, mas os investimentos serão feitos com recurso público, do BNDES”. Pode uma coisa dessas? Ora, se o BNDES financia ações de desenvolvimento, que o faça também para as empresas públicas, para a Gasmig e para a Cemig. Aliás, obtive a informação de que teremos de apresentar de maneira transparente o que há de recursos do BNDES neste estado. Quantos bilhões de reais estão destinados, por exemplo, às ações da Cemig? Quem está sendo beneficiado? Queremos que esses recursos sejam aplicados para beneficiar o desenvolvimento do Estado, das empresas públicas, e que elas sejam verdadeiramente públicas. Sendo assim, elas são do povo mineiro.

Quero compartilhar isso com você, pois essa luta é nossa. Tivemos uma primeira vitória, mas temos de ter uma que seja definitiva, para que o patrimônio público seja de interesse do povo mineiro, gestado com transparência e posto a serviço do desenvolvimento do nosso estado.

Muito obrigado pela oportunidade de até falar um pouco mais do que seria razoável em um aparte, mas essa parceria, essa interação e essa sintonia que temos nessa luta me fazem trazer essas reflexões neste momento. Parabéns pelo seu trabalho. Juntos, podemos fazer por Minas aquilo que é do merecimento do povo mineiro, cumprindo o nosso compromisso. Obrigado.

O deputado Rogério Correia - Muito obrigado, deputado Adelmo Carneiro Leão. Seu aparte foi na boa medida. V. Exa. nos trouxe dados importantes e uma análise muito rica.

Deputado Adelmo Carneiro Leão, quero reforçar o que você disse sobre o papel que teve a luta popular e também o nosso Bloco Minas Sem Censura, reforçado pela luta popular, para barrar a PEC nº 68 e garantir que a Constituição do Estado mantenha o referendo como consulta obrigatória para se abrir mão de empresas estatais. Isso é o que segurou em nossas mãos até hoje a Cemig, a Gasmig e a Copasa. Manter isso na Constituição passa a ser uma tarefa que todos devemos cumprir.

Quero apenas tranquilizar, deputado Adelmo Carneiro Leão, as companheiras e os companheiros do Triângulo Mineiro, porque disseram que a única expectativa para se construir o gasoduto era por meio de uma empresa estrangeira, que seria financiada pelo BNDES. Como bem lembrou o deputado Adelmo Carneiro Leão, colocamos claramente que o gasoduto pode ser construído pela própria Cemig, financiada pelo BNDES ou não, já que a Cemig teve aumento agora de 20% de lucro. Ouvi eles dizendo que o setor energético está em crise. A Cemig teve mais 20% de lucro. Para onde vai o lucro da Cemig? Para os acionistas. Quem são os acionistas? O principal acionista é a Andrade Gutierrez. A Cemig trabalha para alimentar as empreiteiras que hoje são suas acionistas, em vez de construir o gasoduto para que possa crescer e ter mais recursos para investir no Estado. Como empresa pública, tem que garantir preços baixos - o que não é o caso de Minas -, em vez de entregar para acionistas lucros espetaculares.

Os conservadores e a direita no Brasil atacam a Petrobras porque acham que ela tem que ser vendida para acionistas estrangeiros e esses acionistas têm de ter lucro. Não admitem que a Petrobras tem que ser uma empresa que faça, inclusive, controle de preço para diminuir o processo inflacionário, que é o que hoje faz crescer e ter lucro também, mas no limite das pretensões estratégicas do País, deputado Alencar da Silveira Jr. Não pode ser uma empresa que tenha apenas o sentido de lucro para repasse aos acionistas. Quando a Cemig passou a ter essa visão de lucro para repassar aos acionistas, deputado Alencar da Silveira Jr., deixou de ter o sentido de controle de preços, de fazer um planejamento estratégico do desenvolvimento em Minas. Empresas como a Cemig e a Copasa devem planejar o crescimento de Minas para baixar o preço da luz e privilegiar as empresas, os moradores, gerar mais emprego, diminuir a carga tributária, porque temos o ICMS da conta de luz mais cara do Brasil.

Tudo isso tem que ser refeito. Vamos ter de refazer o conceito da Cemig; vamos ter de fazer a Cemig retomar o conceito de empresa pública, e não empresa para acionistas, como é a Petrobras hoje, ou seja, uma empresa para servir ao povo e não aos acionistas, que são os milionários, que compram ações na sua grande maioria, porque os pequenos acionistas contribuem com um percentual muito pequeno da empresa. Quem determina são os grandes. Não podemos ter uma empresa pública para os acionistas. Empresa pública é para fazer controle de preço e tudo mais. Como não é essa a opinião dos partidos conservadores e de direita, preferem vender as empresas, transformar a Petrobras em Petrobrax, passar a Cemig para os estrangeiros, para a Andrade Gutierrez, acabar com Furnas. Isso foi feito no passado e parece que querem fazer isso no futuro. Querem, mas não vão conseguir, porque isso dependeria do aval do povo brasileiro, que não vai dar aval para que retornemos ao passado das privatizações no Brasil.

Quero comemorar a retirada da PEC nº 68. Foi uma vitória do movimento popular e do Minas Sem Censura. Parabéns ao Sindieletrô! Parabéns à CUT! Parabéns ao Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB! Parabéns ao MST! Parabéns a todos que vieram à Assembleia Legislativa, marcaram presença e fizeram um belo ato exigindo a retirada da PEC nº 68. Dessa estamos livres, mas fiquemos atentos, porque os conservadores, os capitalistas, os que só querem lucros não desistem. Embora estejam cada vez mais ricos, querem ganhar sempre mais. Nunca vi tanta ganância. Deus me livre dessa ganância toda!

Presidente, era isso. Gostaria de dizer ao deputado Adelmo Carneiro Leão que o gasoduto será feito, porque temos proposituras positivas para construí-lo, seja pela Cemig, seja pelo BNDES, seja pela própria Codemig. Há várias opções. Recursos existem para fazer da Gasmig uma empresa forte, até mesmo porque o gás está sendo valorizado. O Brasil está novamente construindo ferrovias; é um enorme parque de obras que vai preparar a estrutura brasileira para o crescimento. Minas está fazendo o contrário, ou seja, está desarmando a sua estrutura, está indo para baixo. O Estado, em vez de estar sendo preparado para o crescimento, está sendo preparado para ser vendido. Não existem condições, deputado Adelmo Carneiro Leão. Isso já era, esse tempo já era. Minas Gerais está vivendo um atraso com essa cerca neoliberal, que dá choque. É o choque de gestão, deputado Adelmo Carneiro Leão. Precisamos dar um curto-circuito nessa cerca, apagá-la, tirar a sua eletricidade, para que os ares populares entrem em Minas Gerais. Essa cerca elétrica neoliberal está impedindo isso, está impedindo a visão do desenvolvimento. Precisamos montar uma estrutura no Brasil, como estradas, portos - não é o caso de Minas -, aeroportos. Empresas como a Cemig, a Copasa e a Gasmig precisam ser fortalecidas como instrumentos necessários à criação de uma estrutura em Minas para acompanhar o crescimento do Brasil. Aqui não, aqui se joga para baixo. Por isso, no ano passado, o crescimento do PIB mineiro ficou em 22º lugar. Minas ocupa a 22ª posição no que diz respeito a crescimento do PIB, que foi de 0,5% - no Brasil o crescimento foi de 2,5%.

Então, Minas Gerais deixou de construir um processo de desenvolvimento, parou no tempo; está nos tempos de Fernando Henrique, do neoliberalismo, esperando esse tempo voltar para ver se consegue vender o resto que ainda temos, a Cemig, a Copasa e a Gasmig. Esse tempo de neoliberalismo não voltará, porque o mundo está crítico a ele. Ele viveu o seu auge em outras épocas, mas não deu certo, faliu a Europa, levou os Estados Unidos à bancarrota, ao desemprego e à miséria. A Europa está agonizando com o sistema neoliberal. Fizemos um sistema de desenvolvimento próprio, por meio do qual o Brasil conseguiu crescer. Mesmo que as taxas não sejam altas, crescem mais que as dos países desenvolvidos e se geram empregos e renda. O Brasil, ao contrário do mundo, gerou empregos, mas em Minas Gerais tenta-se aplicar uma política inversa ao crescimento do País. Ninguém suporta uma política dessa.

É isso que tem acontecido em Minas Gerais. Essa é a denúncia que temos feito contra os sistemas político, econômico e social em Minas. Com isso, também cai o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH -, porque o Estado não se prepara para o desenvolvimento e o crescimento, como o Brasil tem feito. Aí perdemos posições. O IDH do Estado baixou e foi ultrapassado por Goiás. Somos o último do Sudeste, agora fomos ultrapassados por Goiás no que diz respeito a IDH. As regiões que mais sofrem são as mais pobres, porque não têm acompanhamento. O IDH em Minas cresceu, melhorou, deputado Adelmo Carneiro Leão, porque melhorou no Brasil inteiro, mas Minas ficou abaixo da média. Se não fosse a política nacional, estaríamos completamente no buraco.

É necessário preparar a nova Minas, anunciar a Minas do futuro, aquela que vai acompanhar a política de desenvolvimento, vai ter projetos para que o Estado se desenvolva, vai ter projetos para a construção de gasodutos. Em vez de entregá-los para empresas estrangeiras, vamos construir o gasoduto, transformar a Gasmig em uma grande empresa, fortalecer a Cemig, para que ela seja novamente o exemplo dos mineiros, a fim de que abaixe o preço das contas de luz e participe do desenvolvimento de Minas.

Vamos fortalecer a Copasa, porque os trabalhadores tiveram que entrar em greve, pois a empresa sequer melhora os salários de seus servidores. Num dia, os servidores da Cemig entram em greve; no outro, os da Copasa; quando não privatizam, terceirizam. Essa política deve ter um fim. Ao contrário disso, de tudo o que pregamos, o que fizeram? A Proposta de Emenda à Constituição nº 68. Preparam para vender. Dá para entender? Telespectador, companheiros da tribuna, conseguem entender a diferença dos projetos? Um pretende fortalecer o desenvolvimento mineiro, fazer da Cemig uma empresa que ajuda o desenvolvimento de Minas, que planeja e vê como vamos reduzir a conta de luz, por exemplo, para os microempresários, a fim de que gerem mais empregos, desonerem a folha, como fez a presidenta Dilma. Como faremos a mesma coisa com a Copasa? Como realizaremos essa grande empresa? Vem o governo de Minas e propõe a privatização e venda dessas empresas. Dá para entender a diferença, não é? É simples: uma tem um projeto de desenvolvimento, e a outra pretende vender o que restou em Minas Gerais, porque já venderam o Bemge, o Credireal, o BMG... E o BDMG não é banco de fomento coisa alguma. Não há planejamento de desenvolvimento, mas vai haver, não é, Adelmo? Parabéns pela resistência.

Adelmo, há outro assunto a tratar. As professoras perderam inúmeros direitos nos últimos tempos; estão tristes nas escolas. Se você quer ver um lugar que precisa mudar, esse é a escola pública estadual. Um dia entrei numa escola e as professoras estavam desesperadas, chorando. Não sabem se terão emprego ano que vem por conta da Lei nº 100, que foi derrubada no Supremo. Há muitas pessoas fazendo especulações demagógicas com esse tema, jurando que vão resolver o problema de novo, sem concurso público. Nas escolas, as professoras estão apavoradas, alvoroçadas; não sabem o que fazer; não conseguem dar aula. Elas não têm carreira, que está congelada; não têm piso salarial, que foi transformado em subsídio. Nos últimos 12 anos, fizeram a escola pública definir. Ela terá que ser refundada. Refundaremos a escola pública em Minas, porque é o que deve ser feito.

O governador que for eleito para o ano que vem terá que fazer uma grande conferência sobre a educação em Minas e estabelecer um acordo para que a escola se transforme e ganhe vida. Hoje a escola está morta. Adelmo, inventaram um sexto horário. Imagine que cinco horários já era difícil. Colocaram o sexto para dizer que haveria uma matéria profissionalizante. Entretanto, o próprio professor é obrigado a dar aula sobre um tema para o qual não é qualificado. Os estudantes não conseguem assistir ao sexto horário. Os professores ficam mais nervosos, e também os alunos. Há jovens presentes que sabem sobre o que estou falando. O tal do sexto horário virou uma bagunça a mais na escola. É verdade ou não é? Podem falar! O sexto horário bagunçou. O Reinventando o Ensino Médio é só para fazer propaganda eleitoral na televisão, porque, na verdade, é o “arrebentando o ensino médio”. Os professores e os alunos não aguentam mais. O clima na escola piorou muito. Agora vem mais uma nova: as professoras não podem se alimentar dos produtos destinados aos alunos. Isso está proibido pelo governo do Estado, que não coloca recursos para complementar a merenda das professoras. A escola virou um caos. Vamos ter que refundar a escola pública em Minas. Admiro-me ao ver como alguém pode ter a coragem de ir à televisão e dizer que a escola pública será prioridade, se for eleito nisso ou naquilo, depois de fazer o que fez com a escola pública em Minas Gerais.

Adelmo, é revoltante, é um escárnio com os estudantes e professores citar Minas Gerais como exemplo de educação pública no mundo; é debochar da cara dos professores. As professoras não aguentam ir para a escola pública. Falar que dará um salário mínimo para cada estudante? Fomos verificar e foi para 1%, só para fazer a propaganda na televisão. Você não conhece um estudante que tenha recebido recursos ao final do ensino médio. Não conhece, porque isso só existe na propaganda e foi feito em 1% dos municípios para fazer propaganda. Enfim, é um escárnio, é debochar dos estudantes e do povo de Minas Gerais; é debochar em especial dos trabalhadores e trabalhadoras da educação.

Estou tocando nesse assunto porque o Sind-UTE está preparando uma conferência, que já foi convocada, a ser realizada neste fim de semana, nos dias 30 e 31, sábado e domingo, com os professores de todo o Estado. Devem chamar até os deputados para irem lá e ver a avaliação dos professores em relação à escola pública. Estão esperando a presença de cerca de 1.500 professores e vão fazer o balanço da escola pública em Minas Gerais não apenas do ponto de vista salarial, mas também pedagógico.

Adelmo, todos os candidatos a deputados deveriam assistir a essa conferência e conhecer o que os professores estão pensando. A imprensa deveria cobrir esse evento, ao invés de escondê-lo, para que não fique na propaganda a mentira. Vamos escutar as professoras, perguntar a elas como está a escola, a visão delas. Sugiro à UNE e à Ubes que façam o mesmo com os estudantes, uma grande conferência para avaliar a escola pública, como o Sind-UTE vai fazer.

Estão esperando 1.500 professores de todo o Estado, de todos os municípios e vão fazer um balanço. Infelizmente será um balanço negativo da educação pública mineira, do ponto de vista salarial. Os professores ganham o 17º pior salário do Brasil, em termos de Estado, e não recebem piso nacional, mas subsídio. Foi uma manobra que a Assembleia Legislativa votou majoritariamente, com o voto contrário do Minas Sem Censura, aprovando esse maldito subsídio, em substituição ao piso nacional da categoria. O balanço a ser feito, com certeza, será negativo.

Aproveito a presença dos estudantes de direito para dizer que Minas Gerais tem uma excrecência jurídica impressionante. Aqui existe um termo de ajustamento de gestão entre o Tribunal de Contas e o governo do Estado que reconhece que o Estado não cumpre a Constituição no que se refere à destinação de 25% à educação e de 12% à saúde. Ao invés de cobrar, sabe o que o Tribunal de Contas fez com o governo estadual? Um acordo de que é preciso cumprir os 25% e os 12% em 2015, ou seja, a Constituição do Estado vale menos que um ajuste entre o Tribunal de Contas e o governo de Minas. Isso só pode valer em um estado de exceção, como Minas Gerais, onde a ação da Justiça não é imediata. Aqui o TAG vale mais que a Constituição da República e a Constituição do Estado.

Abri esse parêntese apenas para vocês compreenderem a situação em que vivemos em Minas Gerais, um estado de exceção. Em Minas, o Ministério Público não funciona a contento, porque a indicação a esse órgão é feita pelo governo e começou a ser feita pelo menos votado. Então há controle no Ministério Público, que passa de um para outro. É o controle acicista do Tribunal de Constas, do



Tribunal de Justiça e do Ministério Público. Agrega-se a isso o controle acista da imprensa, que só pode falar bem ou não falar nada em relação ao que for questionável em Minas ou ao que apresentamos, até em relação ao TAG. Ninguém sabe que em Minas Gerais o TAG vale mais que a Constituição do Estado. Só em Minas há um absurdo como esse.

Retomo o tema da educação, para dizer que a conferência do Sind-UTE fará um balanço das questões financeiras dos professores, em primeiro lugar. A Assembleia Legislativa tem responsabilidade nisso, porque os deputados, majoritariamente, com o voto contrário do Minas Sem Censura, repito, aprovaram que os professores não teriam piso, que seria substituído por subsídio. Isso arrouchou os salários, congelou a carreira, e não se estabeleceu para os professores um sistema de desenvolvimento na carreira, de modo a incentivar a escola pública a ser um local com segurança em seu sistema de crescimento, a partir do trabalho que faz.

Também será feita avaliação do problema relativo à ausência de concurso público nesses 12 anos. A ausência de concurso público levou a esse caos provocado pela Lei nº 100, de uma promessa que o governo fez, que não pode ser cumprida por ser inconstitucional. Por 11 votos a zero, o STF declarou a inconstitucionalidade dessa lei. Agora, o governo não dá resposta aos professores, aos efetivados da Lei nº 100, sobre o que será feito com eles agora. Eles estão aflitos nas escolas e não querem demagogia, não querem ouvir dizer que vão elaborar uma PEC que depois será vetada. Os professores não querem isso. Querem do governo do Estado a garantia de que terão o tempo de serviço contado, que não perderão esse tempo. Que o tempo de serviço valerá para o futuro concurso. Que seja um concurso digno em que o professor tenha condições de incluir sua prática nos concursos públicos, e portanto, isso é algo que deve ser discutido com os professores, para que esse tempo de serviço seja valorizado. Eles querem que o tempo de serviço seja contado para efeito de contratação, enquanto o concurso não sai. Os professores querem a garantia de que serão aposentados, que esse tempo de serviço será contado no INSS e, de preferência, no Ipsemg. Mas as professoras não querem ser enganadas mais uma vez. Não adianta dizer que vão apresentar uma PEC que vai salvar as professoras. Elas sabem ler, elas estudam, sabem que não se pode ferir uma decisão do Supremo.

Se aprovássemos aqui uma PEC, e não há tempo também para que isso aconteça, e não acontecerá, mas se fosse aprovada, o governo não poderia implementar uma efetivação, porque o Supremo já disse que não pode. Nenhum governo pode dizer que vai efetivar servidores porque aprovou uma PEC, pois o Supremo dirá àquele governador que não pode, já houve decisão sobre isso.

Os professores não querem mais ser enganados, enrolados às vésperas das eleições, muito menos por aqueles que votaram contra os professores o tempo inteiro na Assembleia Legislativa.

Deputado Adelmo Carneiro Leão, estou fazendo esse importante alerta, porque ficam enganando os professores ou tentando enganá-los. Os professores não se enganam com isso, mas tentam enganá-los, ludibriá-los. Às vezes, não prestam a informação necessária. É preciso dar a informação correta para que o professor faça seu juízo de valor. Isso será feito também na Conferência do Sind-UTE.

Outro balanço que a Conferência do Sind-UTE certamente fará é sobre o quadro das escolas públicas. A grande maioria das escolas do ensino médio, ou pelo menos metade delas, no mínimo, não possui quadra de esporte coberta. Como fazer escola de tempo integral se a escola não conta com laboratório, não tem quadra coberta nem professores em número suficiente?

Modificar a escola pública estadual em Minas é um dever de qualquer governante. A escola pública terá de ser refundada. Minha ideia, deputado Adelmo Carneiro Leão, não sei se você concorda com ela, queria escutar sua opinião, é implantar o Pronatec nas escolas estaduais. O Pronatec é aquele programa que a presidenta Dilma lançou e já conta com 8 milhões de jovens com uma profissão.

Você, jovem, procure se informar sobre o Pronatec que, em Minas, tem sido feito em parceria com o Sesi, o Senai, o Senac e com as escolas técnicas federais. É preciso desenvolver o Pronatec nas escolas estaduais, equipando e qualificando o professorado para que seja capaz de lecionar em escolas estaduais profissionalizantes. Aí, sim, teremos as escolas públicas estaduais valorizadas.

Hoje, as escolas federais estão muito bem administradas, formando técnicos. Mas as escolas estaduais convivem com a mentira do Reinventando o Ensino Médio. Precisamos transformar as escolas estaduais também em escolas que profissionalizam, que dão ao estudante uma qualificação. Evidentemente, uma mãe dirá ao filho que não deixe de ir à escola, porque dali sairá com uma profissão, através do Pronatec. Aquele é o caminho do aluno. Depois, o aluno poderá ir à universidade, com o Enem, mas sairá da escola média com uma profissão. O estudante vai gostar de ir a essa escola, pois sabe que ali é uma escola que tem futuro para ele.

Agora, reinventar o ensino médio, com uma hora a mais de aula, com sexto horário é duro. Sei que é. Lecionei por 10 anos em escola pública de periferia: no Pindorama, no Glória, no Caiçara, e, depois, no Morro Alto, em Vespasiano. Alencar, não é fácil dar aula por três horas, com 15 minutos para o lanche. Agora os alunos têm uma merenda melhor, devido ao Programa Nacional de Alimentação Escolar criado pelo Lula e implementado pela Dilma. Na minha época, a merenda era uma porcaria. Agora o professor foi proibido, pelo governo do Estado, de merendar. É muito difícil dar duas aulas consecutivas na mesma sala de aula, o professor com o giz... São aulas tristes porque, infelizmente, tem-se apenas o quadro e o giz. Deveria haver um laboratório de ciências ou um local de lazer, onde se pudesse jogar uma dama, um xadrez, que desenvolvem a mente, ou ainda uma quadra de esportes para praticar educação física. Mas não tem nada disso, e o aluno vai para a sala assistir a duas aulas consecutivas. E agora há a terceira. Coitados dos alunos e dos professores!

Eu ministrei aulas de matemática. Imaginem quando elas caíam nos dois últimos horários, numa sexta-feira à noite. Era duro. Agora, imaginem três. Duvido que os alunos permaneçam em sala de aula; a maioria, como eles dizem, “casca fora”. E a professora fica lá, de castigo. Quando isso ocorre na roça é pior porque não há transporte coletivo, e uma parte dos alunos tem de tomar ônibus para ir para casa. E foi proibida a escola noturna. Portanto, quem não tem carteira assinada não pode ficar na escola, à noite. A secretária tirou os alunos da escola; uma secretária que nunca entrou numa escola estadual; ela saiu da UFMG para ser secretária e não entende nada, acha que está tratando com aluno de universidade.

Precisamos refundar a escola pública. Faz-se necessário um balanço na plenária do Sind-UTE. Alencar, vá lá, pois será muito bem-recebido, com muito carinho. A Bia vai pedir-lhe que participe da mesa, e você será muito aplaudido. Todos os deputados estão convidados a ir à conferência para analisar o tema.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Quando V. Exa. fala em educação, vejo que temos de mudar muita coisa neste Brasil. V. Exa. fala do governo de Minas, mas se esquece do governo federal. A educação do Brasil tem de ser a de Brizola, a de Darcy Ribeiro, de tempo integral, com professoras bem remuneradas.

Estudei em escola pública, na Escola Estadual Professor Caetano Azeredo, depois, Escola Estadual Francisco Sales, no Barro Preto. No meu tempo, a escola era boa, os professores bem remunerados, havia dentista.

O deputado Rogério Correia - Eu estudei no Melo Viana, no Carlos Prates, fui aluno da D. Sueli, irmã do Sérgio Ferrara, e da D. Nenê, irmã do Célio de Castro. Minha mãe também dava aulas no Melo Viana. Você acredita que lá, até hoje, não há uma quadra?

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Belo Horizonte cresceu muito. A escola pública era boa no meu tempo; havia um sopão gostoso.

Rogério, V. Exa. está falando apenas do governo estadual, mas temos de mudar muita coisa no Brasil. Temos de acabar com a eleição de dois em dois anos; temos de unificar as eleições. Uma reforma política é fundamental. V. Exa. é eleito para legislar e fiscalizar. Devemos fazer boas leis, como eu fiz - a lei antitabaco, do ficha limpa, do passe para deficiente. Devemos fiscalizar como na CPI, e não ficar mendigando dinheiro.

É obrigação do governo federal aplicar recursos na saúde. V. Exa. está falando há uma hora e se referiu à saúde de Minas Gerais. Mas temos de nos lembrar que o governo federal não dispõe, do seu orçamento, nem de um centavo destinado à saúde. Que dia isso vai mudar? Se eu fosse presidente da República diria que teríamos municípios fortes, porque em todos eles, no tocante à segurança pública, embora o governo pague os policiais, é o prefeito que coloca gasolina nos carros. O deputado federal deve fiscalizar e legislar, e não ser despachante de luxo, pois senão essa conversa ficará por anos e anos.

O Adelmo vai agora para Brasília para ficar correndo atrás de verba para levar para o município. É obrigação do governo dar dinheiro para o município fazer uma boa saúde. O governo não pode ficar com 70%. O governo Dilma está com esse dinheiro todo, então por que ela não bateu a mão na mesa? V. Exa. está falando que eles tiveram oito anos para fazer muito. Está na hora de bater a mão na mesa e fazer uma reforma política. Não vamos ficar reféns de deputados. O governo federal tem que passar o dinheiro para o município e para o estado. Ninguém tem emenda de orçamento mais. A menina tem que entender isso. O deputado federal é despachante de luxo. O deputado estadual corre atrás de emenda, V. Exa. tem o mesmo valor que eu tenho, que é R\$1.500.000,00, que não dá para nada. E isso não é obrigação minha, a minha obrigação é discutir, é parlamentar. Temos que fazer essa mudança urgente.

O governo Fernando Henrique e o governo Dilma já tiveram oportunidade de fazer. Eles poderiam dizer que iriam ajudar os municípios: município forte, estado sadio. A União fica apenas gerenciando as grandes discussões. Não podemos mais aceitar isso. Hoje eu estou fazendo essa discussão. Amanhã serão os nossos filhos, os nossos netos que estarão fazendo essa mesma discussão. Estamos no período eleitoral, um período em que temos que exigir. A Dilma tem que falar que vai fazer uma reforma, e tem que fazer. É preciso unificar as eleições, dar chance e força para os municípios e para os estados. Não adianta fazer promessas no período eleitoral. Eles tiveram oito anos para fazer. O governo de Minas também teve oportunidade de fazer. Agora, aqui, nós tivemos oportunidade de fiscalizar. Brasília, como tem a força do Congresso, faz o que quer: dá uma emenda para um, dá uma emenda para outro. Estamos vendo na campanha eleitoral as planilhas que estão chegando. Quanto mais próxima, mais cara fica uma campanha, porque tem que contratar várias pessoas. Tem que contratar umas menininhas, temos que fazer isso, aquilo. Isso tem que acabar. A população tem que lembrar que nós temos condições de fazer e vamos fazer, com um governo sério.

O deputado Rogério Correia - Deputado Alencar da Silveira Jr., concordo em grande parte com o que V. Exa. disse. O Alencar é do PDT e está apoiando a Dilma. Então, ele está dando sugestões de melhoria. E eu concordo com ele. A própria Dilma mandou a reforma política para o Congresso Nacional e muitos partidos não quiseram fazê-la.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Rogério, partido político, no Brasil, é instituição falida. O partido de V. Exa. faz oposição ao PSDB em Brasília, mas em 23 cidades de Minas Gerais o PT tem o prefeito e o PSDB tem o vice.

O deputado Rogério Correia - Concordo com o que V. Exa. disse nessa recomendação da reforma política e espero que o PDT, além de apoiar a Dilma, possa também fazer com que essa reforma política ande no Congresso Nacional.

Por falar em reforma política, Alencar, de 1º a 7 de setembro teremos o plebiscito pela reforma política. Vamos pedir a todos que organizem esse plebiscito. As igrejas e os sindicatos estão ajudando. É um plebiscito a favor da reforma política. Procurem o *site* Plebiscito da Reforma Política.

Concordo com o deputado Alencar: é necessário fazer a reforma política. Agora, ela não pode e não é feita se não houver a aprovação do Congresso Nacional. Mas vai ter de ser feita, e é por isso que os movimentos sociais estão pressionando o Congresso. A maioria dos partidos políticos não quer a reforma política: eles se acomodam com a forma como o parlamentar é eleito. O parlamentar pensa: "Fui eleito desse jeito, então para que vou mudar as regras eleitorais?". Mas é preciso mudar para fortalecer os partidos políticos e o sistema democrático brasileiro. É para isso que a reforma deve servir; é um assunto prioritário no campo das eleições. A única candidata ou candidato que ouvi falar nisso nesse período todo foi a atual Presidente da República, que, inclusive, remeteu para o Congresso Nacional uma proposta. Ela foi a única que ouvi falar nisso. Então, concordo com o Alencar em que essa reforma política deve ser feita.

A outra questão levantada pelo Alencar com a qual concordo é a escola de tempo integral, preconizada por Darcy Ribeiro e por Brizola. Ela é fundamental. Agora, não é instituir o sexto horário, Alencar, é escola integral mesmo para os alunos terem laboratório, quadra coberta, enfim, os instrumentos para essa escola funcionar e os alunos saírem de lá com uma profissão.

Outra questão que o Alencar falou e com a qual também quero concordar - aliás, hoje só estou concordando com ele -, diz respeito ao deputado virar despachante. Isso tem de acabar mesmo, pois é um horror. O único governante que vi que disse que acabaria com isso e colocou o dedo na ferida foi o Itamar Franco. Houve deputado aqui que fez até greve contra ele. Ele disse que não daria subvenção social e acabou com ela. Os deputados pediram que se colocasse uma emenda, mas ele também não colocou e disse que cada deputado deveria votar conforme a sua consciência. O líder do governador Itamar Franco era o Sávio Souza Cruz e eu era o seu vice-líder. Então, eles disseram que queriam emenda parlamentar, e o Itamar nos recomendou como deviam votar os deputados: de



acordo com a própria consciência. Isto é o certo: acabar com emenda parlamentar. Agora, se o governador ou o presidente falar que vai acabar com emenda parlamentar, vai sofrer um monte de CPI; falam em *impeachment*, chantageiam-no. É duro. Não é simplesmente dizer que vai acabar com emendas parlamentares e achar que os deputados vão concordar. Quem dera! É por isso que é necessária a reforma política, para não haver mais votação individual e votação de partido político. Votar em partido político fortalece-o, tem-se a força partidária.

Essa é a reforma política que temos de fazer no Brasil para acabar o financiamento privado. Não há coisa pior no campo parlamentar e eleitoral que o financiamento de empresa para a campanha. Os parlamentares acabam se tornando escravos das empresas que os financiam e depois vão legislar em favor delas, e não em favor do povo. É por isso que eu, particularmente, não recebo recursos de mineradora e empreiteira. Prefiro ser um deputado que tem condições reais de fazer com que prevaleça aqui a nossa posição íntegra, de coerência.

Então, Sr. Presidente, concluo o meu pronunciamento com a costumeira má vontade dos deputados que são majoritários nesta Assembleia e que não conseguem escutar. Tchau, Pinduca, vai embora! Pinduca já foi. Ele fica nervoso e não consegue escutar a verdade. Não é só ele não. Há muitos deputados aqui que não conseguem escutar a verdade. Quando falamos que a educação pública em Minas está uma porcaria, eles não suportam, porque vão para a televisão falar mentira. Falam que a educação é a melhor do Brasil, mas, como o povo sabe que a educação mineira não presta, eles não nos deixam falar, nos interrompem aos gritos, aos berros. Vocês estão vendo como é. Ser oposição aqui em Minas é duro. Já tentaram até cassar meu mandato porque eu fiscalizava as ações do governo aqui, na Assembleia Legislativa. O PSDB, partido do governo, chegou a entrar com um pedido de cassação do meu mandato. Tive que chamar o movimento social. É assim que funciona. Foi bom os estudantes estarem aqui, na Assembleia Legislativa, para verem como funciona a ditadura aecista em Minas Gerais. Aqui não temos liberdade. Para falar ao microfone, temos de fazê-lo ouvindo gritos e recebendo ameaças, como ocorreu comigo agora, como vocês viram. Mas eu não me incomodo com isso.

Já fui relator da CPI do Narcotráfico nesta Casa, e eu encaro isso. Não tenho medo de cara feia. Não é cara feia que me faz calar. E quero reafirmar que, na conferência do Sind-UTE que as professoras irão fazer no sábado e no domingo, vai haver uma avaliação criteriosa da educação, e nós vamos refundar a educação em Minas Gerais. A educação não pode continuar com essa mentira. Não se pode continuar fingindo que existe uma educação de qualidade, sendo que ela está cada vez pior nas escolas estaduais. O sexto horário na verdade não funciona. Tudo precisa ser renovado e refundado, e nós vamos continuar fazendo isso.

Quero mandar um abraço para os estudantes aqui presentes. É bom vocês conhecerem bem a Assembleia. Não se assustem, porque aqui não temos medo de cara feia. Um abraço para vocês.

Questão de Ordem

O deputado Rogério Correia - Deputado Adelmo, como V. Exa. pode perceber, não há quórum para continuarmos a reunião. Então, solicito a V. Exa. que encerre de plano a reunião, já que, infelizmente, não há quórum para aprovarmos os vetos e os projetos. Muito obrigado.

Encerramento

O presidente (deputado Adelmo Carneiro Leão) - A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/8/2014

Às 14h40min, comparece na Sala das Comissões o deputado André Quintão, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a política pública de enfrentamento da violência e da exploração sexual contra crianças e adolescentes, em especial no que se refere à implementação do Plano de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil e à estruturação da rede de proteção e defesa de direitos. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Juanita Godinho Pimenta, subsecretária de Direitos Humanos; Eliane Quaresma Caldeira de Araújo, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Renata dos Santos Vieira, membro da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, representando a coordenadora dessa frente; e Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, promotora de justiça da 23ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude Cível de Belo Horizonte, representando o Fórum Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Doméstica, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Estado de Minas Gerais, que são convidadas a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2014.

André Quintão, presidente – João Leite – Maria Tereza Lara.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 1º/9/2014, destinada a homenagear o Mercado Central pelos 85 anos de sua criação.

Palácio da Inconfidência, 29 de agosto de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reuniões Especiais da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação nº 103/2014**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Anselmo José Domingos, Bosco, Marques Abreu e Pompílio Canavez, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 2/9/2014, às 9 horas e às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2014.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 22.287**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Liza Prado e os deputados Adalclever Lopes, João Leite e Marques Abreu, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/9/2014, às 9h15min e às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2014.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Fabiano Tolentino, Fred Costa e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/9/2014, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de apresentar o funcionamento da comissão aos participantes do Parlamento Jovem de São Sebastião do Paraíso.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2014.

André Quintão, presidente.

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

- O 1º-secretário despachou, em 28/8/2014, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Frank Deschamp Lamas, diretor-presidente da Copanor, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.103/2014, da Comissão Extraordinária das Águas.

Do Sr. José Luiz de Lima, chefe de gabinete da Secretaria de Fazenda, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.874/2014, da Comissão da Pessoa com Deficiência.

Do Sr. Marcelo Mattar Diniz, promotor de justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.021/2014, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil (4), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 4.450/2013, da Comissão da Pessoa com Deficiência, 7.438/2014, da Comissão de Participação Popular, 7.568/2014, do deputado Elismar Prado, e 7.728/2014, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas.

Do Sr. Ney Oliveira Müller, chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Defesa, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.479/2014, da Comissão do Trabalho.

Do Sr. Pedro Angelo Almeida Abreu, reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.310/2014, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Renata Vilhena, secretária de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 5.325/2014, do governador do Estado. (- Anexe-se ao referido projeto de lei.)



Do Sr. Roberto Messias Franco, secretário municipal de Meio Ambiente de Nova Lima, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.270/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Rodrigo Diniz Lara, diretor da Superintendência Central de Governança Eletrônica da Secretaria de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.054/2014, da Comissão de Transporte.

Do Sr. Rogério Aoki Romero, secretário adjunto de Turismo (10), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 4.929/2013, da Comissão de Esporte, 4.946/2013, da Comissão de Participação Popular, 4.839/2013, do deputado Anselmo José Domingos, e 4.398, 4.473, 4.474, 4.516, 4.517, 5.037 e 5840/2013, da deputada Liza Prado.

Do Sr. Rogério de Melo Franco Assis Araújo, chefe de Gabinete da Polícia Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.096/2014, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Roseni Silveira Santos Felizardo Vieira, escrivã judicial da 1ª Vara de Fazenda Estadual da Comarca de Belo Horizonte, cientificando esta Casa, por ordem do juiz de direito dessa vara, da decisão interlocutória que antecipa parcialmente os efeitos da tutela pretendida pelo Ministério Público, em sede de ação civil pública em desfavor da Copasa-MG.

Do Sr. Vicente Gamarano, secretário em exercício de Ciência e Tecnologia, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.134/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 25/8/2014, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Duílio de Castro

exonerando, a partir de 1º/9/2014, Claudirene Vieira Lima do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;
exonerando, a partir de 1º/9/2014, Malvina Lucia de Paula Correa do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas;

exonerando, a partir de 1º/9/2014, Marcos Geovani Bento do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 4 horas;

nomeando Claudirene Vieira Lima para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 4 horas;

nomeando Malvina Lucia de Paula Correa para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Fernanda de Cássia Mendes para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 1/2014

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 114/2014

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, às 9h30min do dia 20/10/2014, licitação na modalidade concorrência, do tipo melhor técnica, tendo por finalidade a contratação de agência de propaganda para prestação de serviços de publicidade à ALMG.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras da ALMG, na R. Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, CEP 30190-090, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferirem, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2014.

Eduardo Vieira Moreira, diretor-geral.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 80/2014

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação. Objeto do aditamento: revisão de preços. Vigência: 1º de maio de 2014. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90.10.1.